

Para ingleses, crescimento não é garantido

Especialistas discutem, em Londres, o panorama político-econômico brasileiro

Economia - Brasil

Fernando Dantas
de Londres

Evitar o repique inflacionário, estabilizar o câmbio, reabrir o crédito internacional, cumprir as metas fiscais do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e retomar o crescimento econômico — os desafios atuais do governo brasileiro parecem suficientemente difíceis, e o sucesso em enfrentá-los é duvidoso. Mesmo, porém, que todos aqueles objetivos sejam 100% atingidos, o País ainda não estará preparado para o crescimento sustentável de longo prazo. Sem as reformas tributária e política, e o aprofundamento das reformas previdenciária e administrativa, o fôlego adquirido com o hipotético sucesso da estratégia anti-crise do governo Fernando Henrique Cardoso vai se extinguir em poucos anos. Esta foi uma das principais mensagens ventiladas no Seminário "Brasil: Panorama Econômico e Político Atual", realizado ontem em Londres.

Para Winston Fritsch, diretor-presidente do Dresdner Bank Brasil, "o sistema político brasileiro só funciona por milagre". Fritsch foi um dos palestrantes do seminário, organizado pela Gazeta Mercantil e Canning House, instituição britânica voltada às relações com os países ibéricos e a América Latina. Os patrocinadores foram o departamento de comércio e indústria (britânico), Banco Pactual, Dresdner Kleinwort Benson, Serasa, Pinheiro Neto Advogados e British Airways.

Fritsch, participante do governo no nascimento do plano Real, sintetizou as causas do colapso do regime cambial brasileiro em uma falha básica de política econômica: a defasagem entre o sucesso das reformas pró-mercado em criar um ambiente favorável aos investimentos, e o fracasso das reformas do setor

público em aumentar a poupança nacional, para financiar o aumento dos investimentos. Este "gap" foi coberto por poupança externa, ampliando-se até tornar-se insustentável. Entre meados de 1995 e 97, para Fritsch, "o governo não fez nada" para mexer no componente da despoupança brasileira sensível no curto prazo à ação governamental — em outras palavras, o déficit público não foi controlado. Abalroado pelas crises asiática e russa, e forçado a desvalorizar, o Brasil tenta agora fazer de uma vez o esforço fiscal evitado anteriormente.

Aquela falha de política econômica, porém, não deve ser vista como um fato isolado, para Fritsch. Ela faz parte de um padrão histórico de fiascos ligado ao defeituoso sistema político do País. O economista observou que o presidencialismo não funciona bem com uma profusão de partidos políticos, fazendo do presidente um refém dos altos índices de popularidade — sem este trunfo, não há como direcionar um Congresso heterogêneo a apoiar as ações do Executivo. No primeiro mandato de Fernando Henrique, os altos níveis de popularidade garantiram a governabilidade. "Mas é um equilíbrio frágil", disse Fritsch, que defende reformas para impedir a proliferação de agremiações políticas e estimular uma orientação mais programática de partidos e parlamentares.

O economista considerou um sinal positivo a aprovação pelo Congresso das medidas de ajuste fiscal depois do colapso do real e da popularidade presidencial — o que parece conflitar com a sua tese.

As distorções do sistema tributário brasileiro também foram apontadas, durante o seminário, como um dos principais obstáculos à retomada do crescimento econômico de-

pois da recessão causada pela desvalorização. Para Luiz Cézar Fernandes, presidente do Banco Pactual, um dos grandes problemas atuais são os efeitos microeconômicos dos impostos sobre faturamento, juros e transações bancárias, que devem garantir uma parte substancial do esforço fiscal acertado com o FMI. Por afetarem todas as empresas, lucrativas ou não, estes tributos sufocam o crescimento econômico, segundo Fernandes. Ele acha que o PIB brasileiro pode voltar a contrair-se no ano que vem (outros analistas fazem previsão de 4% de crescimento positivo em 2.000).

Uma nota otimista foi dada na abertura do seminário por Brian Wilson, ministro britânico do Comércio, que voltou de uma viagem

ao Brasil, onde executivos ingleses lhe disseram que a crise brasileira afetou mais o mercado financeiro do que a economia real.

Durante o seminário, discutiu-se também energia elétrica e petróleo como dois setores que devem atrair importantes volumes de capital para o País nos próximos anos. Mas persistem, entre os estrangeiros, dúvidas e críticas em relação ao ambiente tarifário, regulatório e tributário. Para Dominic Rossi, chefe de investimentos em ações latino-americanas da Threadneedle Investment Managers, as tarifas de geração e transmissão no Brasil estão hoje em metade do valor competitivo internacionais. Rossi não considera boa idéia que estes preços sejam contidos para controlar a inflação.